



**PORTUGAL  
ESTADO**

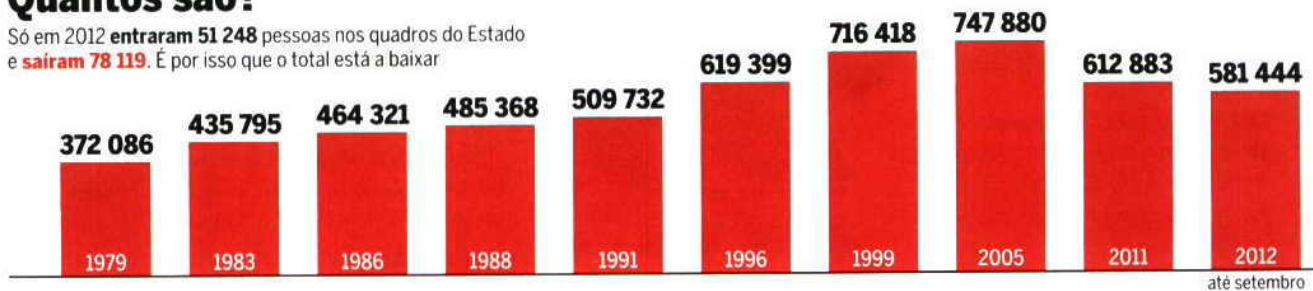
# Funcionário público, retrato-robô

**O ano de 2013 – com cortes de 4 mil milhões de euros – vai ser de grandes reformas na Administração Pública. É a altura certa para saber quem são, quanto ganham, o que fazem e onde estão estes homens e mulheres que continuarão no centro das atenções do Governo até que o Estado se torne mais moderno, mais ágil e mais... barato**

POR SÓNIA SAPAGE

## Quantos são?

Só em 2012 entraram 51 248 pessoas nos quadros do Estado e saíram 78 119. É por isso que o total está a baixar



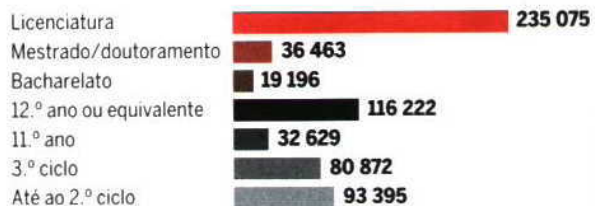
## Quanto ganham?

O ganho médio mensal na Administração Pública é de 1589,8 euros, enquanto a remuneração-base média mensal ronda os 1 401 euros: No privado, o ganho médio mensal está nos 1 134 euros líquidos



## Que estudos têm?

Enquanto 47,4% dos funcionários públicos completaram o ensino superior, entre a população ativa esse número desce para 18,15%





## Quem são?

(Valores de julho de 2012, exceto quando indicados outros anos)

**47,4%** completaram o **ensino superior**

Ganham **€1 589,8** em média

Têm, em média, **44 anos**

Grande parte **são educadores de infância** ou **professores** (até ao secundário)

**56,6%**

**mulheres**  
(no mercado geral de trabalho são 47%)

**43,4%** homens

## Que idade têm?

Os funcionários públicos estão a ficar mais velhos. A faixa etária mais frequente situa-se entre os 45 e os 54 anos



### Pirâmide etária



## O que fazem?

A primeira das cinco profissões com mais pessoal, no Estado (incluindo empresas públicas), está ligada à Educação. Os números apresentados são absolutos:

Educador de infância e docente do ensino básico/secundário	<b>151 004</b>
Assistente operacional/operário/auxiliar	<b>141 221</b>
Assistente técnico/administrativo	<b>83 119</b>
Forças de segurança	<b>53 805</b>
Técnico superior	<b>53 219</b>

## Em que ministérios estão?

Lista dos cinco ministérios com mais recursos humanos

Educação e Ciência	<b>213 498</b>
Administração Interna	<b>49 207</b>
Defesa Nacional	<b>40 517</b>
Saúde	<b>30 978</b>
Justiça	<b>16 127</b>



**PORTUGAL  
ESTADO**

**H**á mais de 20 anos que Bettencourt Picanço, presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, se senta à mesa das negociações, sempre que o assunto é reformar a Administração Pública (AP). Esteve lá nos momentos altos, em que se discutiam mais dias de férias ou aumentos salariais de 4%, e nos baixos, quando os assuntos principais eram reduzir privilégios dos reformados ou introduzir vínculos de trabalho iguais aos do privado. Há pouco mais de um ano, em junho de 2011, Bettencourt Picanço, Leopoldo de primeiro nome, assistiu à eleição do seu partido – o PSD – para gerir os destinos do País. E voltou a sentar-se à mesa, juntamente com outros sindicalistas e com o secretário de Estado da AP, Hélder Rosalino, do PSD, para discutir o futuro da Função Pública. «A diferença entre este Governo e os outros é simples de explicar: este volta-se unicamente para reduzir aquilo que são as remunerações e a capacidade de os serviços responderem», queixa-se o sindicalista social-democrata.

A AP é, hoje, muito diferente daquela que Bettencourt Picanço começou por defender e representar, no início dos anos noventa. A 30 de setembro de 2012, eram 581 444 os indivíduos a trabalhar no Estado, o que representa uma quebra de 5,1% em relação ao final de 2011 (em 1979 eram 372 086, mas, em 2005, chegaram a ser 747 880). Dois terços ainda mantêm um regime de proteção laboral (vínculo permanente ou de nomeação) que lhes confere uma segurança acrescida no emprego, ao contrário do que acontece no setor privado.

Em 2012, o funcionário público tipo é mulher, tem 44 anos, completou o en-



**MILITARES** O Ministério da Defesa é um dos mais pesados. A Defesa é uma área de soberania do Estado e em todos os países requer um estatuto especial

**Ordenados e reformas do setor público são, em média, superiores às prestações no privado**

sino superior, ganha, em média 1 589,8 euros por mês e trabalha numa escola (docente). Aproveita, assim, em média, mais 400 euros do que se estivesse no privado, pode ter até mais oito dias de férias (entre 25 e 30, em função da antiguidade) e trabalha menos cinco horas do que o limite máximo estipulado pelo código laboral – o que não significa que nas empresas, e a banca é disso exemplo, não haja quem também trabalhe (oficialmente...) 35 horas semanais.

Com uma contribuição mensal de 1,5% do seu salário pode ainda beneficiar de

um sistema de proteção na saúde, conhecido por ADSE. A maioria não recebe subsídio de desemprego e ficou, este mês, sem subsídio de Natal, ao contrário dos outros trabalhadores.

Quanto ao valor das reformas, também a média, no público, é superior à do privado: 1 263 euros para as primeiras, 500 no caso das segundas. E as fórmulas de cálculo mantêm diferenças significativas, sobretudo para quem já era funcionário do Estado antes de 2005 e estava ligado à Caixa Geral das Aposentações.

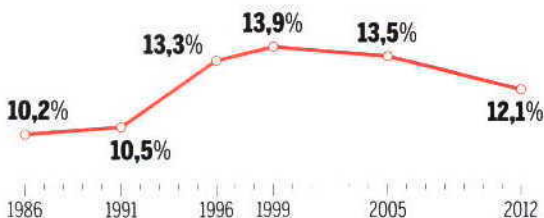
As diferenças são ainda relevantes, mas a convergência entre emprego público e privado (e entre proteção social no setor Estado ou fora dele) está a fazer o seu caminho, desde 2005.

**REFUNDAÇÃO EM ESTUDO**

Em 2013, ano anunciado como o da refunção do Estado (que implicará poupanças na ordem dos 4 mil milhões de euros), as regras da AP continuarão a aproximar-

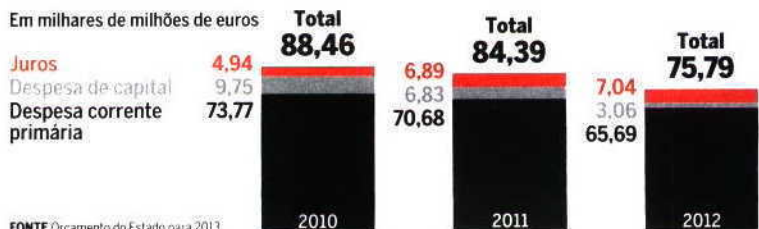
**Peso do emprego público**

Em Portugal, os trabalhadores do Estado representavam, em 2011, **12,1% da população ativa**. Na Grécia, o número ficava-se pelos 7,9% e, na Noruega, chegava aos 29,3%. **A média da OCDE está nos 15 por cento**



**Evolução da despesa pública**

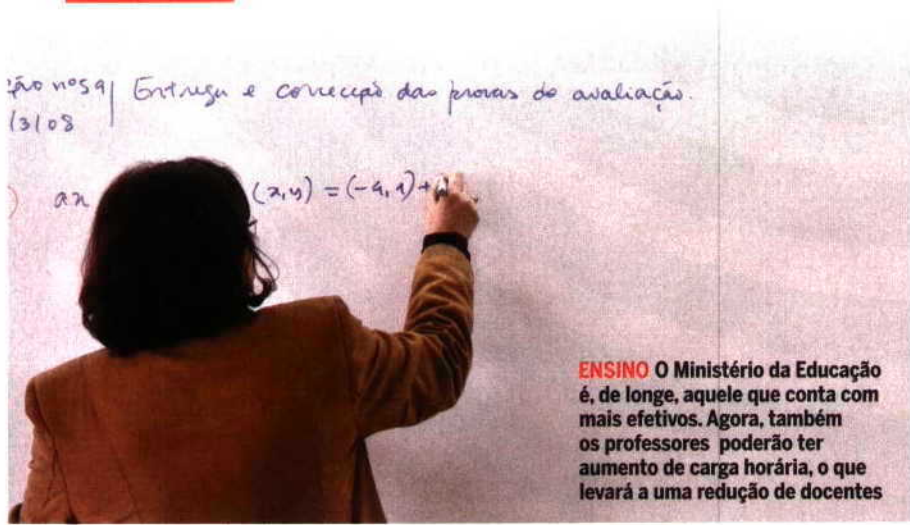
Em 2010, os gastos totais com a AP (despesa corrente, despesa de capital e juros), atingiram **51,2% do Orçamento do Estado**. Em 2011, **desceram para 45,6 por cento**. Para o Governo, o Estado ideal gastaria pouco mais de 40% do OE



FONTE: Orçamento do Estado para 2013



**PORTUGAL  
ESTADO**



**ENSINO** O Ministério da Educação é, de longe, aquele que conta com mais efetivos. Agora, também os professores poderão ter aumento de carga horária, o que levará a uma redução de docentes

juizes, médicos e diplomatas.

Mais de 56% dos servidores públicos são, atualmente, mulheres (no mercado geral de trabalho as mulheres ficam-se por 47%) e as cinco principais profissões correspondem a professores (151 004 indivíduos), auxiliares ou operários (141 221), administrativos e assistentes técnicos (83 119), forças da segurança (53 805) e técnicos superiores (53 219).

Os ministérios com mais recursos são o da Educação (50,3%), o da Administração Interna (11,6%) e o da Defesa Nacional (9,5%). E os dois cargos mais bem pagos são o de diplomata (ganho médio mensal de 8 118,2 euros) e de magistrado (4 348,8 euros). Os médicos vêm em quinto lugar, com pouco mais de 3 800 euros.

No extremo oposto ao dos diplomatas, estão os auxiliares, com 747,9 euros, o salário mais baixo da Função Pública. Em Portugal, estima-se que haja 605 mil trabalhadores a ganhar o salário mínimo nacional. É outra diferença «descomunal», como diria Vítor Gaspar.

«Há dias, uma pessoa que já ocupou este cargo dizia-me que o meu principal desafio como governante deveria ser o de valorizar a AP e os seus funcionários, combatendo a ideia de que o setor público é o culpado de todos os nossos males», conta Hélder Rosalino à VISÃO. «Os funcionários públicos são os professores dos nossos filhos, os médicos e enfermeiros que nos asseguram cuida- ▶

► -se das do privado. E algumas hipóteses têm surgido na praça pública, desde logo por indicação da *troika*: cortes nas contribuições do Estado para a ADSE; alterações nas pensões da CGA; mudanças profundas do modelo organizativo e das normas de gestão; aumento da carga horária.

A eventualidade de meia hora adicional de trabalho por dia é um dos temas quentes do momento. «Não é possível antecipar nada a esse propósito, a não ser que as questões relacionadas com a organização e duração do tempo de trabalho são importantes, a par de outras, no contexto da preparação da reforma do Estado», diz o secretário de Estado da tutela, à VISÃO. «O Governo está a desenvolver as análises e os estudos que considera necessários para suscitar o debate em torno das reformas a realizar», acrescenta.

Hélder Rosalino, detentor da grande pasta chamada Administração Pública, não gosta de falar de cenários. Para ele, o importante seria abrir um debate «nunca antes feito» sobre as funções do Estado e só depois disso tomar decisões. O que queremos que o Estado nos dê e quanto estamos dispostos a pagar por isso é a «complexa equação» que «temos de saber resolver». E «não temos alternativa», sublinha o governante.

Sem querer avançar o número ideal de funcionários públicos para um país resgatado, Hélder Rosalino lá vai dizendo que é preciso continuar o caminho que permitiu diminuir os gastos totais com a AP de 51,2% do PIB, em 2010, para pouco mais de 46%, em 2012. «O Governo quer que a despesa de funcionamento do Estado se situe em níveis comparáveis com os indicadores internacionais, na ordem dos 42%, 43% do PIB, a médio prazo.»

O Estado ideal, portanto, gasta menos quase 10% do que em 2010. E é também mais moderno, mais ágil, mais otimizado, mais jovem e mais qualificado, no desajo do Governo.

**UMA QUESTÃO DE NÚMEROS**

Para sabermos o que isso significa realmente, é preciso voltar ao retrato da Função Pública em 2012. Hoje, a faixa etária mais frequente na AP é a dos 45 aos 54 anos (33,8%) e a idade média tem vindo a subir desde 1996 (de 41 para 44 anos).

Em termos de habilitações, 47,4% dos funcionários são licenciados (18,1%, no setor privado) e mais de 24% concluíram o secundário - os valores estão inflacionados, considerando, sobretudo, o número de professores, mas também o de



**JUIZES** Segurança e Justiça são duas das funções primordiais de qualquer Estado e estão mesmo na génese da organização política das sociedades


**PORTUGAL  
ESTADO**
**Hélder Rosalino**

Secretário de Estado da Administração Pública (AP)

# Convergência com o privado sim, mas devagar

O membro do Governo fala sobre as diferenças entre emprego público e privado, dá pistas para a reforma do Estado e explica como gostaria que fosse daqui a 20 anos

**A convergência público/privado é coisa para levar quantos anos?**

Admito que a convergência possa nunca vir a ser totalmente alcançada. Há particularidades na AP que a tornarão sempre um pouco diferente do setor privado, desde logo porque desempenha funções relacionadas com o exercício do poder de autoridade e de regulação do Estado. A convergência é um objetivo central a prosseguir nos próximos anos, mas apenas e só onde faça sentido.

**Mas deve haver diferença, nas férias?**

Nesta matéria pode não haver justificação para que existam diferenças entre público e privado. Mas há que perceber porque é que essa diferença existe: a atribuição de mais férias aos funcionários foi uma contrapartida dada

aos sindicatos, em determinados processos negociais ocorridos no passado.

**E a diferenciação salarial, justifica-se?**

Estamos a desenvolver um estudo que visa comparar as práticas salariais entre o setor público e o privado. Procuramos uma avaliação mais aprofundada sobre a adequabilidade da atual política remuneratória da AP. O setor público deve ser competitivo na procura/retenção de pessoas qualificadas, ao mesmo tempo que não deve gerar distorções remuneratórias relativamente a trabalhadores a quem sejam exigidas menores qualificações. O leque salarial da AP estreitou-se em resultado, sobretudo, dos cortes remuneratórios que incidiram com maior expressão sobre os trabalhadores mais qualificados. Isso pode ser um problema sério para a AP.

**Qual é o Estado ideal?**

O que assegure as necessidades essenciais da sociedade, de forma justa e equitativa, e também o que podermos suportar, em termos financeiros.

**O que significa isso?**

Não podemos simplificar o que é complexo. Temos, todos nós, de identificar as funções que o Esta-

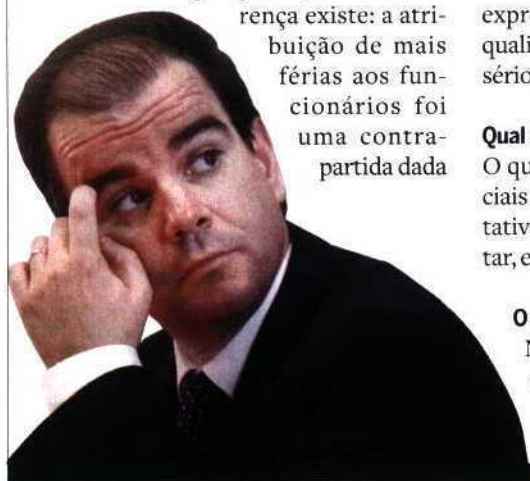
do deve assegurar diretamente, aquelas em que apenas deve regular e as outras em que não deve intervir. Esta reflexão nunca aconteceu, verdadeiramente, e a verdade é que o Estado foi crescendo e procurando responder a tudo, muitas vezes sem critério e sem fazer escolhas conscientes. Hoje, temos uma parte muito substancial da nossa população dependente direta ou indiretamente do Estado. Foram dados muitos estímulos errados. Feita essa reflexão, temos de saber qual é a carga fiscal que o País deve ter e que garanta o nosso desenvolvimento. Dessa combinação resultará o Estado que queremos e poderemos ter.

**Mas quanto podemos gastar em percentagem do PIB, por exemplo?**

O Governo quer que a despesa de funcionamento do Estado se situe em níveis comparáveis com os indicadores internacionais adequados, na ordem dos 42%, 43% do PIB, a médio prazo. Sabe qual era o peso da despesa pública no PIB, em 2010? Mais de metade do produto: 51,2%. Neste momento, estamos pouco acima dos 46 por cento. É preciso recordar que este Governo conseguiu reduzir a despesa pública em quase 13 mil milhões de euros, em apenas dois anos. Temos que continuar este esforço, nos próximos anos.

**Como vê a AP daqui a 20 anos?**

Mais moderna e desmaterializada, mais ágil em termos de processos e de procedimentos e cada vez mais qualificada. Vejo-a mais otimizada, do ponto de vista da sua dimensão, mais orientada para o cidadão e com gestores e práticas de gestão adequadas aos novos tempos e desafios. Vejo-a, também, mais rejuvenescida.




► dos de saúde, os polícias que garantem a nossa segurança e muitos outros profissionais indispensáveis à organização da nossa sociedade. Ninguém imagina a vida sem eles. Mas isto não significa que não se deve procurar melhorar o funcionamento da AP, racionalizando-a e tornando-a cada vez mais eficiente.»

A estratégia para transformar a AP de hoje nesta entidade moderna e eficaz é composta, segundo o Governo, por três

«erres»: o da redução, o da requalificação e o da recomposição. Pelo meio, haverá muitas reuniões (e divergências)

## Redução, requalificação e recomposição são os três 'erres' mágicos do Governo, para mudar a Administração Pública

com os sindicatos, com a *troika*, com o CDS e, quiçá, com o PS, com vista a um «melhor Estado», nas palavras de Hélder Rosalino. E «mais barato», acrescenta Bettencourt Picanço. «O rumo que está a ser traçado para a Função Pública é o mesmo que está a ser traçado para toda a sociedade e passa por embaratecer o trabalho. É o que vai acontecer, se os portugueses não tiverem um sobressalto.» Palavra de sindicalista. 



**Estado**  
**Os planos**  
**do Governo para**  
**a Função Pública**

Página 36